

## ■ Todo o poder à autoformação!

### .....Coletivo edu-factory

0. O que antes era a fábrica, agora é a universidade. Partimos desta afirmação, aparentemente seca e sem problemas, não para assumi-la, mas para interrogá-la. Abrindo-a, através de um questionamento teórico e político, a uma radical releitura. Aqui começa o projeto edu-factory. Mas, procedamos com ordem: edu-factory significa várias coisas. É uma *mailing-list* transnacional centrada nas transformações da universidade, na produção de saberes, na forma do conflito ([edufactory@listculture.org](mailto:edufactory@listculture.org)), da qual desde seu início, em 2007, participaram cerca de 500 militantes, estudantes e pesquisadores de todo o mundo. Na esteira da decomposição das fronteiras estatais, o espaço global é aqui definitivamente afirmado como lugar de reflexão e de ação política. Neste livro<sup>42</sup>, damos conta de uma parte do debate: as contribuições completas estão disponíveis no *site* do projeto ([www.edu-factory.org](http://www.edu-factory.org)). Todavia, a experiência dos últimos anos nos ensinou a duvidar da confiança depositada pelos movimentos nos mecanismos supostamente espontâneos e horizontais de que a rede seria a portadora. Nos ensinou que a rede é, ao contrário, uma estrutura hierárquica, e que a horizontalidade não é nada além de uma relação de força que é posta em questão. Nos ensinou ainda a evitar toda e qualquer teleologia ingênua que termine por ler a intelectualização do trabalho como desmaterialização das relações sociais e o fim das experiências de luta. Mais ainda, nos ensinou que a rede é organizada, ou melhor, deve organizar-se na própria rede. Acolher a radical inovação da forma-rede significa, portanto, assumi-la como um campo de batalha, continuamente atravessado por diferenciais de potência e por linhas de força antagonistas, pela produção do comum e pelas tentativas de capturá-lo. Por isso, é necessário combater todo e qualquer “pensamento mole” sobre a rede, uma vez que este confunde catastroficamente a leitura (correta) da superação da representação e da forma partido com a liquidação acelerada dos “nós górdios” da organização e da ruptura. Apenas partindo deste princípio é que será possível começar a construir novas formas de institucionalidade autônoma, as quais Ned Rossiter chama de *organized network*.

---

42 N. dos Editores: o texto que dá início à seção edu-factory da revista Lugar Comum é a introdução do livro-coletânea *Università Globale – Il nuovo mercato del sapere*, composto por artigos de diferentes autores e organizado pela rede edu-factory.

Neste sentido, edu-factory é também a experimentação de um novo modo de discussão, mas, poderíamos dizer também, de uma nova forma de organização em rede. Por um lado, o debate é temporalmente circunscrito e tematicamente identificado: as duas rodadas de discussões – a primeira centrada sobre os conflitos na produção de saberes, e a segunda sobre os processos de hierarquização no mercado da formação e na constituição de instituições autônomas – duraram três meses cada uma. Após o que a lista foi interrompida para reabrir no ciclo seguinte. Esta é, para dizer de forma diferente, a tentativa de passar do nível extensivo para a dimensão intensiva da organização em rede. Por outro lado, o debate na lista se desenvolveu através de um calendário de intervenções programadas antecipadamente, o que permitiu estruturar a riqueza da discussão no âmbito de um processo de cooperação participativo e focalizado.

Mas, edu-factory representa, acima de tudo, um ponto de vista parcial sobre a **crise da universidade**, analisada com clareza ao longo das diversas contribuições. *The University in Ruins*, já escrevia Bill Readings (1996) nos anos noventa. A universidade estatal está em ruínas, a universidade de massa está em ruínas, a universidade enquanto lugar privilegiado da cultura nacional, assim como o próprio conceito de cultura nacional, está em ruínas. E não lhes temos nostalgia. Na realidade, ansiamos por sua destruição. A crise da universidade foi determinada, sobretudo, pelos movimentos sociais. É a genealogia do presente que se mostra não apenas imune, mas em oposição mesmo às lágrimas do passado. A empresarialização da universidade e o surgimento de uma *global university*, para usar a categoria seminal proposta por Andrew Ross, não representam uma imposição unilateral ou um desenvolvimento exclusivo da racionalidade capitalista, mas sim o resultado – ainda que temporário e, portanto, reversível – de um duro ciclo de lutas. O problema atualmente é transformar o campo de tensões delineado pelos processos aqui analisados em individualização das formas de resistência e na organização das linhas de fuga. Não há, para nós, outro modo de conceber a teoria, senão enquanto prática teórica. Parcial e subversiva. Este é o ponto de partida e o objetivo, o estilo e o método de edu-factory.

1. Voltemos, porém, à afirmação inicial. Seria melhor reformulá-la nos seguintes termos: aquilo que antes era a fábrica, é a universidade agora? Atenção: a universidade, de fato, não funciona como a fábrica. Toda e qualquer continuidade linear se arrisca a ser um cômodo refúgio nas categorias às quais éramos avessos, arrisca-se a barrar a possibilidade de compreensão e, portanto, de ação sobre as mutações produtivas e sociais. A categoria *knowledge factory* utilizada por Stanley Aronowitz em um importante livro (Aronowitz, 2000), parece, nesse

momento, alusivamente correta e analiticamente insuficiente. Alusivamente correta, porque capta o devir imediatamente produtivo da universidade, seu papel central no capitalismo contemporâneo, embora particularmente não dê conta da organização, controle e disciplinamento do trabalho vivo, de que a reforma iniciada por Berlinguer e Zecchino na Itália representa uma clara exemplificação – pensem apenas na frenética modulação dos cursos e na vertiginosa aceleração dos tempos e dos ritmos de estudo, que estavam, não por acaso, entre os principais objetivos das lutas dos estudantes e precários no outono de 2005. Tal categoria é, todavia, analiticamente insuficiente, uma vez que subestima a diferença específica entre a “fábrica fordista” e a universidade. O taylorismo é, de fato, historicamente determinado, ou seja, a organização científica do trabalho através da mensuração dos tempos de cada tarefa, a velocidade de execução e a serialização. Se a produção de saberes não é mensurável, a não ser artificialmente, fica evidente que uma organização taylorista dessa produção (através de cronômetros, previsibilidade e repetição de gestos, ou cadeias de montagem virtual), de fato, não pode ocorrer. Mudam, portanto, as formas da produção de força de trabalho. A esta altura, e sobre esta brecha, colocam-se as análises e a possibilidade de transformação.

A interrogação inicial, portanto, indica a urgência de um problema político: como podemos nos organizar na crise da universidade como se fosse uma fábrica? Ou, melhor ainda, como situar o nó político que a referência à comparação entre universidade e fábrica suscita, do ponto de vista da incomensurável diferença de seu funcionamento concreto e de suas respectivas coordenadas espaço-temporais? Em outras palavras: como repensar o problema da organização na seqüência do esgotamento de suas formas tradicionais, isto é, o sindicato e o partido? Como repensá-lo, sobretudo, inserido na nova composição do trabalho vivo, da qual não há mais como escapar (não há mais fora possível)? Deste debate emergem algumas linhas – algumas, em parte, fragmentadas, embora concretas infelizmente – de reflexão política. Se fôssemos resumir em um nome comum o conjunto de experiências globais que se encontram em edu-factory, ele seria: *autoformação*. Da Rede pela Autoformação de Roma até Vidya Ashram de Varanasi, da Universidade Experimental de Rosário ao Experimental College nos Estados Unidos, a autoformação é praticada não enquanto experiência posta à margem do sistema de formação, nem como derrocada na impotência das idéias e da cultura separadas da resistência e da possibilidade de subversão. Ao invés disso, ela emerge como forma de luta do trabalho cognitivo no capitalismo contemporâneo: é, ao mesmo tempo, conflito sobre a produção dos saberes e construção do comum, luta do precariado e organização de instituições autônomas.

Edu-factory, portanto, é um espaço de conexão entre as lutas, de formas de resistência e de experimentações organizativas. É disso que fala Eileen Scheel, por exemplo, em relação às lutas dos precários nos Estados Unidos: aqui o *e-learning* – instrumento de virtualização (entendida, neste caso, como não como potência do possível, mas, pelo contrário, como sua negação) dos conflitos e das relações sociais – é convertido em práticas de luta e de cooperação, em uma espécie de sindicalismo *open-source*. A descrição do sindicato na universidade, embora evidencie um registro interpretativo diverso a respeito da análise do fim do movimento operário realizada no outro lado do Atlântico, não deve, todavia, levar a equívocos. A relação entre precários e sindicato se apresenta, de certa forma, invertida, como demonstra a importante mobilização dos estudantes de pós-graduação da New York University – NYU (cf. *The University against itself. The NYU strike and the future of the academic workplace*, de Krause et al., 2008), nascida exatamente em função do conflito sobre o estatuto do trabalho cognitivo: enquanto a administração se recusa a reconhecer a possibilidade de se organizarem na forma de sindicato, por se tratar de *apprenticeship* (estágio de docência) e, portanto, não de trabalho, os pós-graduandos alegam ser trabalhadores não apenas porque sustentam boa parte do trabalho didático, mas, sobretudo, porque são produtores de saberes, de pesquisas e de formação. Realmente, nestas mobilizações, foi facultado aos precários auto-organizados usar o sindicato que, no universo sindical, oferecia mais recursos em termos econômicos, organizativos e comunicacionais – neste caso, o *United Auto Workers* – prontos a transformá-los na primeira oportunidade. De resto, os precários não nutrem nenhuma simpatia em reivindicar o retorno a um passado que entrou em crise justamente por causa dos comportamentos e dos movimentos ligados ao trabalho vivo. O problema consiste, acima de tudo, em conjugar flexibilidade e autonomia. Neste sentido, a relação com o sindicato é desprovida de ilusões, flexível e cínica: pode ser entendida no contexto da crise de representação, já que sua estrutura sobrevive, ainda que de forma parasitária, ao fim de sua função política.

2. Deste espaço de conexão entre as lutas emerge, com clareza, a centralidade dos **saberes**. O conjunto das contribuições pretende encerrar definitivamente o culto aos saberes – historicamente enraizado na esquerda – enquanto fetiches sagrados e intangíveis. O conhecimento não é apenas uma mercadoria peculiar, mas é também um instrumento de hierarquização e fragmentação (segmentação). Entretanto, no momento em que se torna um recurso e um instrumento produtivo central no capitalismo contemporâneo, o conhecimento excede de maneira estrutural a unidade de medida da economia política clássica. É melhor esclarecer, a

fim de se evitar equívocos: a excedência de **saberes vivos** (cf. Romano Alquati, 1976) não coincide de forma determinista com sua liberação linear. Tome-se o caso da rede e da utopia que a caracterizou após seu surgimento. As palavras de ordem que a distinguem – partilha, horizontalidade presumida, centralidade de estratégias não proprietárias, *open-source*, excedente de cooperação em relação ao mercado – tornaram-se o alimento cotidiano do realismo dos conselheiros do príncipe: a partir destas características, que descrevem formas de vida e de trabalho na Web 2.0, o jurista liberal Yochai Benkler (2007) formula sua hipótese de “produção horizontal baseada nos bens comuns”. Trata-se de um capitalismo sem propriedade, no qual a propriedade intelectual não é mais apenas a imposição à força de uma medida artificial – e desmesurada – na produção de saberes, e introduz o risco de bloquear os próprios processos de inovação. Para perseguir e capturar os movimentos do saber vivo, portanto, o capital é forçado a modificar continuamente as formas de valorização e de acumulação, chegando a ponto de pôr em questão o próprio pilar de sua história moderna: a propriedade. Em resumo: longe de representar um estágio avançado da evolução capitalista, a produção de saberes constitui um campo de batalha. E não há libertação sem ruptura! As práticas de subtração e autonomia, por um lado, e os processos de captura e de subsunção, por outro, constituem o ponto de tensão imanente à cooperação social. É com base nisso, na tentativa de definir em termos positivos a análise do que foi identificado como processo de transição do “fordismo” ao “pós-fordismo”, entre os anos oitenta e noventa, que Carlo Vercellone propõe a categoria de capitalismo cognitivo, categoria da qual Silvia Federici e George Caffentzis discutem os aspectos considerados problemáticos. O primeiro termo indica a permanência do sistema capitalista, apesar de sua profunda mutação, enquanto que o atributo cognitivo identifica a nova natureza do trabalho, das fontes de valorização e da estrutura da propriedade. Sem pretender aprofundar uma discussão que se desenvolve em várias das contribuições, como no debate político atual, gostaríamos de fazer menção a um fato curioso. As críticas mais duras dirigidas à análise sobre o capitalismo cognitivo, acusada de eurocêntrica na interpretação das transformações produtivas e do trabalho, provêm da Europa e da América do Norte. Em relação aos locais em cujo nome tais críticas foram formuladas, como Índia, China, Taiwan ou Argentina, por exemplo, desenvolveu-se, ao contrário, um diálogo particularmente fecundo e aberto, baseado no compartilhamento de vários pressupostos analíticos e no aprofundamento de pontos específicos. Mas, para além de toda polêmica a respeito do risco de falar **pelo outro**, ou de arrogar-se a função da representação, temas sobre os quais a crítica pós-colonial proferiu sentenças que

consideramos definitivas, interessa-nos, acima de tudo, apontar o desabamento da imagem clássica da divisão internacional do trabalho, ilustrada na contribuição de Sandro Mezzadra e de Brett Neilson, que propõem o conceito de **multiplicação do trabalho** como nova linha de pesquisa teórica. Da mesma forma, é importante ressaltar como Vercellone explora o conceito de capitalismo cognitivo na análise das lutas dos estudantes – radicais, extraordinárias e vencedoras – contra o CPE<sup>43</sup> na França na primavera de 2006. Como em outras experiências de conflito apresentadas em edu-factory – por exemplo, as formidáveis mobilizações na Grécia – também na revolta francesa a forma de *déclassement* foi um dos objetivos centrais. Passando ao largo de toda e qualquer imagem linear da intelectualização do trabalho, estas lutas nos permitem entender a materialidade dos processos de produção de saber no contexto das relações sociais, nas quais a “cognitivização” do trabalho significa cognitivização da medida e da exploração, cognitivização da hierarquia de classe, da regulação salarial e da divisão do trabalho, além da superação da dialética entre centro e periferia, entre primeiro e terceiro mundo. Em outros termos, permitem situar o novo campo de conflito em um terreno no qual os processos de captura e de valorização capitalista, longe de desaparecer, são forçados a reconstruir mais a frente as formas de comando sobre a autonomia do saber vivo, após perder definitivamente a capacidade de organizá-la.

3. “Assim, o principiante que tiver aprendido uma língua nova a traduz continuamente para sua língua materna, não consegue incorporar seu espírito e se expressar livremente, somente quando se move por esta sem reminiscências, e esquecendo nela sua língua de origem”: o que Marx escreveu no 18 Brumário de Luís Bonaparte também se aplica a nós. De fato, edu-factory foi um laboratório para o desenvolvimento de um léxico comum, que começa a ganhar corpo e sangue na prática teórica e de luta a nível transnacional. No entanto, na medida em que se baseia na relação entre a singularidade e a unidade na multiplicidade, comum não significa universal, categoria que está no centro da crítica de Aihwa Ong. Melhor dizendo: comum, portanto, não-universal. Então, se tomarmos a heterogeneidade constitutiva da composição do trabalho vivo como base material de nossa ação em nível mundial, ou seja, aquilo que definimos como multidão, a fórmula clássica da comunicação de lutas e de suas linguagens já não funciona mais. Nesse sentido, se não quisermos nos abandonar à contemplação da proliferação das diferenças em um caldo multicultural e, assumindo a impossibilidade de uma transformação total das relações sociais, o conceito de tradução apresentado nas contribuições de

---

43 N. dos Editores: CPE – Contrato do Primeiro Emprego. Lei que permite que os jovens trabalhadores sejam demitidos sem justa causa durante os dois primeiros anos de trabalho.

Naoki Sakai e Jon Solomon oferece uma teoria materialista da nova composição do trabalho vivo e da produção do comum. Várias contribuições – de Amit Basoli a Puwar Nirmal e Sanjay Sharma – insistem nas críticas aos códigos disciplinares e eurocêntricos através dos quais se difunde o modelo universitário anglo-saxão. Embora, às vezes, convém acrescentar, a crítica ao eurocentrismo se arrisque a indicar um débil clichê, nostálgico das tradições locais e das raízes mitológicas ou, pior ainda, uma arma retórica da elite pós-colonial emergente. A esse respeito, poderíamos dizer que a universidade global é constituída através de uma contínua tradução monolíngüística da multiplicidade em homogeneidade abstrata e universal: “nesta forma de comunicação, o sujeito da enunciação se dirige aos destinatários de seu próprio discurso, assumindo a estabilidade e a homogeneidade tanto de sua língua como a de quem a escuta; mesmo quando as duas línguas diferem, o “sujeito” fala como se pertencesse à mesma comunidade lingüística de seus interlocutores, atribuindo à tradução a tarefa de tornar a comunicação transparente, restabelecendo, assim, o primado – a verdadeira soberania – de sua língua” (Mezzadra, 2008). Na Itália, por exemplo, o governo feudal não está em contradição com os processos de empresarialização, mas orienta a forma particular de tradução. Por este motivo, a resistência conservadora dos “barões”, a defesa da sacralidade do conhecimento, a nostalgia pela “torre de marfim”, não são apenas inúteis, mas completamente reacionárias. Trata-se então de posicionar o movimento em uma linha de resistência transformadora, que assuma a ambivalência do novo contexto como terreno de luta. A interrupção da tradução capitalista não significa um retorno à universidade nacional, mas coloca o problema da tradução heterolíngüística, ou seja, da construção do comum a partir das múltiplas formas de resistência e dos movimentos do saber vivo, assumindo “o ser estrangeiro de todas as partes envolvidas como ponto de partida, independentemente de sua ‘língua nativa’. A tradução é a língua de um sujeito em trânsito” (Mezzadra, op. cit., p. 125-126). A singularidade não retorna envolta em uma essência mítica e original, ou em uma nova máquina soberana, mas encontra no comum o recurso e coloca em jogo as próprias formas de linguagem e de relação. A tradução heterolíngüística se desloca por uma dimensão espaço-temporal autônoma que atravessa o plano capitalista global, mas não coincide mais com ele. Interrompe-o, inverte-o, excede-o continuamente.

Para utilizar as categorias do operáismo, poderíamos dizer que a tradução heterolíngüística é interna à composição de classe, ou seja, à relação entre composição técnica e política. Uma vez que tais categorias – atreladas a um sujeito historicamente determinado, a classe operária, e baseadas na linearidade espaço-temporal da fábrica – são atualmente irrecuperáveis, pelo menos na forma em que

o operaiço as forjou, é hora de repensá-las desde o início. Na relação entre singularidade e produção do comum, isto é, na multidão, a articulação das diferenças pode ocorrer de forma separada, na medida em que a singularidade é reconduzida à identidade presumida (étnica, sexual, comunitária, de grupo social). Esta é a composição técnica que sustenta os processos de inclusão diferencial. O conflito aqui não advém da política de reconhecimento da própria posição na hierarquia capitalista. Observamos esse limite em várias mobilizações de precários como, por exemplo, a dos pesquisadores contra o projeto de lei Moratti<sup>44</sup>. Sua força se dissolveu quando foram explícita ou implicitamente identificados em categorias (trabalhadores intelectuais, classe criativa, a “parte mais inteligente do país”) nada descritivas, mas pelo contrário, prescritivas. São, em outras palavras, fator de decomposição e de rearticulação das instâncias comuns em chave corporativa, uma espécie de nova identidade de classe média após o seu termo, ou seja, de mediação e de preservação das relações sociais e de exploração. Além disso, o conceito de trabalho cognitivo – que, como Ross sugere, encontra nas formas de atividade acadêmica sua paradigmática antecipação – difere radicalmente das categorias listadas acima, na medida em que ela deve ser entendida como a marca distintiva através da qual ler toda a composição do trabalho vivo e suas transformações. Podemos então redefinir a composição política como um processo de des-identificação (cf. Jacques Rancière, 2007), de separação da composição técnica e da nova composição sobre uma linha de força que tem a sua definição na produção do comum. Nós chamamos de “classe” essa linha de força. Contra toda e qualquer interpretação sociológica e economicista, a classe é definida de acordo com um processo de luta, não suas pré-condições objetivas. Entre composição técnica e política, entre hierarquia capitalista e diferenças de potencial dos conflitos, há uma relação de força, mas não nenhuma homologia e/ou simetria. É sobre essas novas coordenadas espaço-tempo, nas lutas dos estudantes e precários da China aos Estados Unidos, da Grécia à Itália, da África do Sul à França, através dos processos possíveis de tradução heterolinguística e de construção de léxicos e práticas do comum, que a hipótese inicial assume nova luminosidade: como podemos transformar a universidade em espaço político para a luta e para o êxodo, para a composição política das diferenças em um espaço-tempo de classe, como era a fábrica para a classe operária? Para além, ou melhor, contra qualquer ingênuo continuísmo, este é o ponto político.

---

44 Lei que retira grande parte do apoio (e da importância) dados ao ensino superior na Itália. Seu nome se deve à ex-ministra da Instrução, Universidade e Pesquisa do governo Berlusconi, Letizia Moratti, idealizadora do projeto.



4. As experiências de conflito relacionadas no âmbito da rede edu-factory situam-se dentro e contra as mudanças da universidade. As contribuições aqui recolhidas fornecem um quadro de leitura de tendência comum em nível transnacional, que encontram suas próprias formas de adaptação – de tradução, mais precisamente – nos diversos contextos. Estas são as novas coordenadas espaciais das quais Wang Hui, Ranabir Samaddar, Franco Barchiesi e Stanely Aronowitz nos fornecem uma pista em seus discursos. Elas fazem com que os Estados-nação cessem de ser o critério de análise das mudanças em curso, conforme evidenciado pela tentativa de construir um espaço europeu de ensino superior, também conhecido como **processo de Bolonha**. Neste contexto, Toby Miller e Xiang Biao delineiam de maneira precisa o processo de hierarquização através do qual se constitui um verdadeiro mercado da formação, no qual a se situa a universidade – descontada toda a pretensão de exclusividade sobre as formas de produção e transmissão do conhecimento. A vívida discussão da lista forneceu uma oportunidade de qualificar de forma mais precisa e, ao mesmo tempo, diferente, da retórica difusa, o processo de empresarialização do sistema de formação. Isso não tem a ver simplesmente com o declínio do financiamento público e o crescimento do investimento privado na educação superior: trata-se, acima de tudo, da desintegração da mesma dialética entre o público e o privado. Na verdade, é a própria universidade que se torna uma empresa, ou seja, funcionando segundo parâmetros do mundo corporativo, conforme demonstram Marc Bousquet e Andrew Ross. A partir dos anos oitenta, a teoria do *New Public Management*, entendida como um movimento de pensamento e filosofia de reforma do setor público, encarregou-se de gerir a introdução de instrumentos e da lógica de organizações privadas na universidade. Qualquer apelo ao Estado contra as empresas não faz mais sentido hoje (se é que fez em algum momento no passado): o Estado, assim como o governo feudal dos liceus atuais, é o patrocinador da empresarialização, confundindo-se com ela. As transformações da universidade devem ser vistas como parte da crise do *welfare state*, cuja genealogia conflitual – ou seja, a crítica radical aos dispositivos disciplinadores da força de trabalho e sua implantação universal e neutralizadora, que precede cronológica e politicamente a reestruturação neoliberal – traça o quadro do desafio atual. Um desafio que, uma vez mais, não remete ao passado.

Em nível global, as fronteiras se decompõem e se recompõem ao mesmo tempo, se dissolvem e se multiplicam, como sugerem Mezzadra e Neilson. Assim também é a relação entre a universidade e a metrópole. Podemos formular esta hipótese: a universidade se torna metrópole, e a metrópole se torna universidade. Novamente o exemplo da NYU – marca global do ensino superior – fornece traços

paradigmáticos. Na verdade, em Nova York, os dois principais agentes de gentrificação, ou “*studentification*”, como tem sido significativamente definido, são as universidades: a *Columbia University* em relação ao West Harlem; *NYU* e o Lower East Side. Mas, se no primeiro caso os limites do campus são alargados para cobrir uma nova área, no caso da *NYU* as fronteiras parecem se dissolver em uma relação mimética com o tecido urbano. Tanto assim que, para seu presidente, John Sexton, e para a administração, integralmente proveniente do mundo corporativo, o desafio é repensar o desenvolvimento metropolitano de Nova York a partir da universidade, conduzindo a transição da *FIRE*<sup>45</sup> *economy*, baseada nas finanças, nos seguros e nos imóveis, à *ICE economy*, isto é, a valorização dos recursos intelectuais, culturais e educacionais. As fronteiras, tornadas porosas a ponto de quase se dissolverem na relação entre universidade corporativa e metrópole, são continuamente redesenhadas a fim de capturar a produção de saberes difusa na cooperação social. Não por acaso o Lower East Side é conhecido historicamente como uma área de concentração dos movimentos e das culturas independentes e que se tornou, nos anos noventa, local de desenvolvimento da Silicon Alley, o pólo hi-tech da Big Apple, e atualmente o motor potencial da *ICE economy*. Atenção, porém: gentrificação e *studentification* são processos abertos, que transformam a composição social e abrem novos espaços de conflito. Nesses processos, vemos esquadrihado na totalidade o controle da composição do trabalho pelo rentismo, ou seja, a forma contemporânea de captura capitalista: do trabalho precário nas universidades aos zeladores e trabalhadores da área de serviços, para agregar valor ao território metropolitano enquanto tecido das relações e da cooperação, através do papel decisivo desempenhado pelas finanças e pelo investimento nas transformações urbanas. Mesmo aqui, pouco há para defender ou manter: aquilo que permanece no território é muitas vezes residual, significando às vezes até um ponto de contenção para as possibilidades de libertação. Recuperar de forma antagonista o processo de *studentification* significa repensar a metrópole, atacar sua dinâmica de um ponto avançado: construir a universidade-metrópole a partir das instituições do comum.

Uma vez que nada mais está fora da relação entre universidade e metrópole, os próprios mecanismos de seleção e segmentação se modificam: já não se baseiam mais na exclusão, ou seja, na rígida fronteira entre quem está dentro e quem está fora, mas em processos de **inclusão diferencial**. Em outras palavras, como demonstra Xiang Biao no caso chinês, no sistema de “creditação” perma-

---

45 N. dos Editores: *FIRE – Finances, Insurance and Real Estate* (Finanças, Seguros e Mercado Imobiliário). No texto, em oposição à economia baseada no Intelecto, na Cultura e na Educação (*ICE*).

nente do nível de qualificação da força de trabalho, as pessoas dependem não tanto do valor atribuído à posse ou não de um diploma universitário, mas principalmente de **quais** instituições de ensino superior frequentaram, e de sua posição na hierarquia do mercado da formação. De forma resumida, no caso italiano: se até os anos 1960 o gargalo da seleção era muito estreito, localizado entre o final do ensino médio e o ingresso na universidade, de lá para cá ele tem se ampliado gradualmente, em função da pressão dos movimentos sociais e antes mesmo da necessidade de racionalização endógena ao sistema capitalista. De fato, foi o ano de 68 que quebrou o pescoço da garrafa, inaugurando o que seria chamado de universidade de massa. A questão para os governos italianos agora não é restringir o acesso, mas sim aumentá-lo, para não ficar para trás nas estatísticas européias e internacionais. O problema é que o processo de inclusão vem acompanhado de uma desqualificação dos saberes, especialmente daqueles formalmente reconhecidos: aquilo que é definido como precarização da universidade não é senão um aumento dos passos através dos quais obter, ou melhor, creditar-se, competências e qualificações indispensáveis ao mercado de trabalho. Neste cenário, a antiga palavra de ordem do direito ao estudo perde seu significado, na medida em que o conflito se move sobre a qualidade da inclusão e sobre a produção de saberes, enquanto novos dispositivos de hierarquização.

Por aqui passam as linhas de precarização do trabalho acadêmico e a imposição de uma medição cognitiva, que vai do sistema de propriedade intelectual aos créditos ligados à formação, terminando no endividamento, o outro lado da moeda – questão tratada em pormenores no contexto norte-americano por Jeffrey Williams. Ganha corpo aqui uma nova figura do estudante, não como força de trabalho em formação, mas como trabalhador inserido nos nós produtivos da metrópole. Podem-se encontrar traços analíticos decisivos destas mudanças em trabalhos recentes (ver, por exemplo, Bousquet, 2008). É neste contexto que a universidade assume um novo papel, como um dos vários nós e dispositivos metropolitanos de controle, mensuração artificial e regulação do valor da força de trabalho cognitiva, através da estratificação das habilidades e da qualificação intelectual. Estes não só não possuem caráter de objetividade, como também perdem a capacidade de descrever efetivamente as capacidades dos trabalhadores singulares. Aihwa Ong (2006) e Xiang Biao (2007), figuras que têm participado ativamente da discussão na lista, já o demonstraram de modo convincente como, por exemplo, no caso dos “tecnomigrantes” indianos, motor do desenvolvimento de Silicon Valley ou da indústria *hi-tech* australiana, que são obrigados a trabalhar ao mesmo tempo como taxistas ou a aceitar empregos por baixos salários a fim

de juntar renda suficiente para garantir sua mobilidade e contornar as políticas de vistos de entrada. Além disso, formas de inclusão diferencial nas cambiantes figuras da cidadania passam pela imposição de limites estabelecidos por medidas cognitivas artificiais. Os textos acima citados, bem como a própria experiência de edu-factory, convidam-nos a abandonar os pontos de vista tradicionais na leitura das mudanças do sistema de educação e do trabalho cognitivo, assim como no caso do biocapital, entendido aqui em um sentido muito específico, qual seja, o conjunto das relações sociais em que se desenvolvem os processos de valorização do capital investido em biotecnologia (Rajan, 2006). Não porque os centros e as periferias tenham deixado de existir em absoluto, mas porque sua relação se desfaz e se rearticula continuamente no interior da metrópole, enquanto espaço imediatamente global. Essa relação, acima de tudo, já não segue mais as tradicionais linhas de divisão do mercado mundial. Portanto, se não observarmos o que acontece na China ou na Índia, em Singapura ou em Taiwan, nos arriscamos a perder a oportunidade de um mundo que se torna único. E, pois, de transformá-lo.

5. Edu-factory é um projeto situado na fronteira: entre a universidade e a metrópole, entre formação e trabalho, entre os escombros e o êxodo, entre a crise e a constituição do comum. Lá onde o limite impõe uma linha de divisão, a fronteira é um espaço denso, ambivalente e transponível, lugar do exercício da fuga e da prática constituinte. Existe uma potência produtiva da fronteira, que deve ser explorada e apropriada em chave antagonista. Aqui são redesenhadas não apenas as coordenadas espaciais, mas, sobretudo, as temporais, em cujo interior deve ser questionada e atacada a própria crise da universidade, enquanto ocasião e lugar da potência. Poderíamos dizer que a relação entre trabalho cognitivo e processo de captura se apresenta principalmente como um conflito sobre o tempo que, não por acaso, está no centro das lutas dos estudantes e precários ao redor do mundo. A criação de unidades artificiais de medida cognitiva, que visam manter a validade da lei do valor que já há muito tempo deixou de ser válida, aparece como – para citar Walter Benjamin – imposição do tempo homogêneo e vazio do capital sobre os tempos heterogêneos e plenos de saberes vivos. Ou, para dizê-lo com Marx, como redução contínua – isto é, como tradução monolinguística – dos tempos de produção do saber vivo à unidade de tempo do trabalho abstrato. É sobre a temporalidade do saber vivo que se sustenta materialmente o conceito de **comum** que encontramos nas contribuições de Stefano Harney e Fred Moten, de Jason Read, de James Arvanitakis. O comum é, do ponto de vista de classe, a linha de fuga da crise da dialética entre o público e o privado a que nos referimos anteriormente. Deve-se ainda esclarecer um ponto, que constitui matéria de leituras divergentes sobre a questão dos *commons* no

debate italiano e transnacional. Quando falamos de comum, não fazemos referência a um bem que deve ser defendido e preservado, mas à afirmação da autonomia e da auto-organização da cooperação social. O comum, longe de existir ‘ao natural’ é, ao contrário, produzido: é a aposta em um processo constituinte, capaz de destruir as relações de exploração e libertar a potência do trabalho vivo.

Esta não é a enésima proposição do sol do novo dia, ou uma débil prefiguração de esperança utópica. O comum é o que vive no presente, é virtualidade plena, entendido como potência do atual. Os percursos da autoformação abordados em edu-factory – que, por sua vez, nascem em seu interior, mais especificamente do nó romano de Uniriot ([www.uniriot.org](http://www.uniriot.org)) – não são espaços marginais, mas, para usar as categorias de Chandra Talpade Mohanty, novas coordenadas espaço-temporais da produção de “*opositional knowledges*” e de organização da autonomia do saber vivo. São uma expressão do ponto de vista e da prática de minorias ativas e centrais. Ao abandonar a noção de maioria, ou seja, a temporalidade vazia do sujeito abstrato e a exportação de modelos universais, deparamo-nos com o debate sobre **instituições autônomas**: este tema, sobre o qual se concentrou a discussão na lista, bem como outras experiências políticas importantes (como, por exemplo, o webjornal europeu *Transform* – <http://transform.eipcp.net/> –, ou o percurso da Uninomade, com a intervenção de Toni Negri que encerra este volume<sup>46</sup>), é simultaneamente projeto inovador de pesquisa teórica e questão de agenda política. Na verdade, à pergunta: “porque é que se coloca a questão das instituições autônomas?”, podemos responder assim: “o êxodo já existe”. Nós o vivenciamos nas expressões políticas e sociais daquilo que chamamos de multidão. Mas, temos de acrescentar: “o êxodo não coincide naturalmente com a autonomia”. O êxodo deve conquistar a autonomia organizando as próprias instituições.

Há exemplos históricos importantes. Este é o caso dos *black studies* nos Estados Unidos que, longe de fazer parte da evolução gradual das disciplinas acadêmicas ou dos processos integração nas estrelas e listras, foram conquistados entre as barricadas da São Francisco da *Third World Strike* de 68, na afirmação do movimento *Black Power*, com os fuzis nos ombros dos estudantes negros da Universidade de Cornell. Exatamente como os estudos pós-coloniais se tornam um fenômeno pós-moderno edulcorado, conforme sugere Mohanty, se não se percebe sua genealogia nas lutas anticoloniais. Quem nunca imaginou que a produção de conhecimentos pertencesse ao campo irônico da objetividade científica e cultural, é finalmente forçado a pensar. Em um recente livro dedicado a esta história

---

46 N. dos Editores: o texto de Negri que encerra o livro de edu-factory será publicado em outro número da revista Lugar Comum.

extraordinária, Noliwe Rooks (2006) esclarece como a passagem do léxico dos direitos humanos ao exercício do poder pelo movimento negro não tem nada a ver com a idéia de tomar o Estado, característica da terceira internacional, tampouco com a posição, simetricamente oposta, *a la Holloway*: era a ruptura da integração democrática e a constituição de instituições separadas controladas de maneira autônoma e autogerida pela comunidade negra. Foi a tentativa de mudar o mundo, exercendo, “aqui e agora”, as relações de poder, em completa independência do Estado. A resposta à organização institucional do êxodo e da separação resultou em uma articulação letal de repressão brutal e de inclusão diferencial, cujo valor é representado pelas estratégias da Fundação Ford: Rooks se debruça sobre o financiamento seletivo às comunidades negras e aos *black studies* destinado a favorecer os líderes dos grupos que apoiavam a causa da integração racial, tentando marginalizar os militantes radicais. A governança universitária nascia ali, como resposta às lutas e à organização da autonomia: visa principalmente a incluir para controlar e, quando isto não funciona, está sempre pronta para a violência.

Do mesmo modo, atualmente a governança universitária não pode se dar ao luxo de erradicar a autoformação. Pelo contrário, esta é vital para a sobrevivência do que restou das instituições, para capturar e atribuir valor na forma do rentismo. A governança é a captura, furtiva e flexível, do comum. Ao invés de se opor frontalmente a nós, o inimigo nos persegue: é a não-governabilidade e a infidelidade do trabalho vivo que causa assimetria no conflito. Isto significa, por um lado, que a governança é um processo permanentemente em crise, determinada em sua genealogia pela autonomia do saber vivo e pela impossibilidade do governo vertical. Por outro lado, adverte contra qualquer interpretação fraca do tema das instituições autônomas, às quais declaramos guerra imediatamente: é a idéia de instituição como estrutura autogerida que vive nas dobras do capitalismo, sem incomodá-lo excessivamente. No pior dos casos, pode tornar-se empreendedorismo. Então, o tornar-se instituição de autoformação não implica que ela seja reconhecida como um ator entre muitos no âmbito do mercado de formação, mas a capacidade de organizar a autonomia e a resistência do saber vivo, de determinar o comando e o controle coletivos da cooperação social e a produção de normas comuns na desestruturação das universidades existentes. É a criação de uma nova relação com o tempo – não linear e antidialética, heterogênea e plena – entre crise e decisão, entre processo constitucional e formas políticas concretas, entre evento e sedimentação organizativa, entre ruptura e produção do comum. Uma relação que, na medida em que é imanente à composição de classe e à temporalidade do conflito, rompendo o pressuposto da vontade geral e da transcendência soberana

do poder, se abre à atualidade da potência: exatamente por esta razão, as instituições do comum são continuamente atravessadas pela possibilidade de sua subversão. Parafraseando Marx, a instituição autônoma é a forma política concreta da posse comum como base da propriedade singular.

Deste ponto de vista, edu-factory permite mapear a geografia global das instituições autônomas. O método de pesquisa utilizado pelo coletivo *Counter Cartographies* apresenta-se não apenas como instrumento de conhecimento, mas também como processo constituinte. Nas experiências de autoformação, o saber – cujos dispositivos de poder são desvelados na análise cuidadosa de Sahasrabudhey Sunil e de Randy Martin – aparece desarticulado e composto em novas linhas. A produção de saber é também recusa dos conhecimentos transmitidos pela universidade em ruínas. Ou melhor: a recusa é a afirmação plena de subjetividade autônoma. Pode-se falar em não-cooperação produtiva, como propõe Vidya Ashram, ou cooperação produtiva contra e diversa do capital. Neste sentido, a perspectiva europeia – usada na Itália como instrumento de legitimação da reforma universitária de centro-esquerda e abandonada, em seguida, ao seu próprio impasse e aos (ainda) restos nacionais – é reapropriada a partir da institucionalidade do comum. Foi sobre esta base que nasceu o projeto de uma Universidade Global Autônoma, também retomado por Vidya Ashram. Não para buscar reconhecimento no mercado da formação, mas para inflacionar-lhe os mecanismos. É neste ponto que o plano descritivo encontra a prescritividade do projeto, que a investigação teórica se abre ao programa político. Passa-se a uma espécie de edu-factory 2.0, não mais como local de discussão e de conexão apenas, mas de organização do comum.

E para concluir, retomamos algo que já estava indicado: há alguns anos, “mudar o mundo sem tomar o poder” tornou-se retórica generalizada e repetido refrão. Acabou criando mais problemas que resolvendo. Além da obviedade da constatação, verdadeira já para a composição de classe que desestruturou o fordismo, ela é equivocada no que concerne ao conceito de poder, concentrando-o no Estado. O exercício do poder – imanente às relações de força e à composição de classe – é, ao invés disso, condição de possibilidade para a organização do comum e para a ruptura da unidade política do Estado. Neste movimento, a separação torna-se autonomia do saber vivo. Deve-se então retroceder, para evitar ter que começar tudo do zero outra vez. Então, depois de ter identificado a irredutibilidade do excedente do saber vivo e a “rizomaticidade” da forma-rede, trata-se agora de combinar a extensão espacial com a intensidade temporal, o acúmulo de força e a verticalização da ruptura. Para resumir, uma frase que, embora possa parecer antiquada para alguns, resume bem os fatos: as instituições autônomas e do

comum formam o terreno sobre o qual repensar a pertinência da revolução, após o definitivo colapso de suas formas tradicionais. E a universidade é, para nós, um dos locais possíveis para sua experimentação.

## Referências

ALQUATI, R. L'università e la formazione: l'incorporamento Del sapere sociale nel lavoro vivo. In: *Aut Aut*. Florença, 1976, n. 154.

ARONOWITZ, S. *The Knowledge Factory. Dismantling the Corporate University and Creating True Higher Learning*, Boston: Beacon Press, 2000.

BENKLER, Y. *La ricchezza della rete. La produzione sociale trasforma il mercato e aumenta le liberta*. Milão: Università Bocconi Editore, 2007.

BOUSQUET, M. *How the University Works. Higher Education and the Low-Wage Nation*, Nova York – Londres: New York University Press, 2008.

KRAUSE, M.; NOLAN, M.; PALM, M.; ROSS, A. *The University against itself. The NYU strike and the future of the academic workplace*. Philadelphia: Temple University Press, 2008.

MEZZADRA, S. *La condizione postcoloniale. Storia e politica nel presente globale*. Verona: Ombre Corte, 2008.

ONG, A. *Neoliberalism as Exception. Mutations in Citizenship and Sovereignty*. Durham, NC, Duke University Press, 2006.

RAJAN, K. S. *Biocapital. The Constitution of Postgenomic Life*, Durham, NC, Duke University Press, 2006.

RANCIÈRE, J. *Il disaccordo*. Roma: Meltemi, 2007.

READINGS, B. *The University in Ruins*. Cambridge – Londres: Harvard University Press, 1996.

ROOKS, N. M. *White Money – Black Power. The Surprising History of African American Studies and the Crisis of Race in Higher Education*. Boston: Beacon Press, 2006.

XIANG, B. *Global "Body Shopping". An Indian Labor System in the Information Technology Industry*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

■.....**Sobre os autores:** O coletivo edu-factory nasceu no âmbito das experiências da *Rete per l'autoformazione di Roma*, do *Atelier Ocupado ESC* ([www.escatelier.net](http://www.escatelier.net)) e da *Rede da Faculdade Rebelde – Uniriot* ([www.uniriot.org](http://www.uniriot.org)). Fazem parte dele Marco Baravalle, Claudia Bernardi, Simone Capra, Anna Curcio, Alberto De Nicola, Paolo Do, Ludovica Fales, Gabriela Garcia, Andrea Ghelfi, Camillo Imperore, Federico Marini, Miguel Mellino, Brett Neilson, Gigi Roggero e Davide Sacco.